



AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O CASO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

*Clemilda dos Santos Sousa
Neiliane Alves Bezerra*

Introdução

O debate sobre a inclusão das pessoas com deficiências na vida social, econômica e política aparece há muito tempo como pauta de discussão de autoridades governamentais e não governamentais. No entanto, é preciso efetivar esse discurso na prática através de ações concretas para uma mudança de cultura em relação à convivência com a pessoa com deficiência.

Dentre os eventos mais recentes sobre o tema da inclusão, encontra-se a Declaração de Salamanca, aprovada desde 1994, na Conferência Mundial de Necessidades Educacionais Especiais, na Espanha. O documento estabeleceu várias diretrizes para nortear as políticas de Educação Especial e garante à pessoa com deficiência o ingresso nas escolas regulares por considerar esses espaços adequados para combater o preconceito e a discriminação e configurar-se como um sistema educacional inclusivo.

O Estado Brasileiro assume compromisso com essas decisões firmadas a nível internacional. Nesse sentido, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), através da Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999 (revogada pela Portaria nº. 3284 de 2003) passou a exigir das Instituições de Educação Superior (IES), requisitos de acessibilidade para instruir os processos de autorização e reconhecimento de cursos, bem como para o credenciamento de instituições.

Outra ação política bastante relevante foi a criação da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação a

qual é responsável pela coordenação, implementação, supervisão e fomento da Política Nacional de Educação Especial que deve se desdobrar nos diferentes níveis da ação governamental.

Essa política pública é um processo que visa eliminar ou reduzir todos os obstáculos para tornar possível à inserção da pessoa com deficiência na instituição educativa de forma que ela possa se comunicar e interagir com todos, circular por laboratórios, auditórios, bibliotecas, dentre outros espaços com autonomia, dignidade, segurança e, dessa forma, tenha um aprendizado satisfatório.

No Brasil, o compromisso com a construção de um sistema de educação inclusiva vem acontecendo de forma gradativa, contínua, sistemática e deverá redundar no atendimento adequado à pessoa com deficiência através da capacitação e qualificação de recursos humanos, acessibilidade à informação e eliminação de barreiras físicas. Esses aspectos devem ser incluídos no planejamento e na avaliação das instituições educativas.

No processo de construção de um sistema de educação inclusiva, a avaliação institucional cumpre um papel fundamental, pois através desse instrumento de gestão é possível se fazer um juízo de qualidade do objeto avaliado e tomar as decisões necessárias para colocar a instituição no caminho da educação que contempla a diversidade de acordo com a realidade de cada contexto.

O sentido da avaliação é promover a autoconsciência e o aprimoramento da qualidade institucional. Na visão de Sordi (2009, p. 328)

Avaliar a escola e construir juízo de valor sobre a função social que possui implica um zelo bastante acentuado, dadas as mudanças que assolam nossa sociedade. Cabe atualizar esta função de modo que acompanhe os novos desafios impostos pela realidade, porém sem perder o compromisso com as crianças e jovens, em especial aqueles menos



favorecidos, para quem a permanência na escola pode e precisa fazer diferença.

As Instituições de Educação Superior no Brasil contam com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) cuja sistemática de avaliação, conforme (BRASIL. MEC, 2006), engloba todas as dimensões que conferem qualidade a uma IES. Em relação às condições de acesso para pessoas com deficiência, o SINAES inseriu um indicador imprescindível para avaliar se todas as instalações contam com rampas com inclinação adequada, ou elevadores com espaço suficiente para cadeiras de rodas, instalações sanitárias apropriadas e vagas especiais de estacionamento, de acordo com as exigências legais.

Nessa perspectiva, o ajuste da biblioteca, enquanto um subsistema universitário, para atender pessoas com deficiência dependerá de avaliações constantes para aprimorar a qualidade de todas as dimensões que contribuem para o alcance desse propósito.

Diante do exposto, este artigo tem por objetivo apresentar o resultado da avaliação das condições de acessibilidade à informação no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará, bem como apresentar propostas de intervenção que devem ser realizadas para que a mesma adquira uma infraestrutura adequada para atender às pessoas com deficiência.

Acessibilidade: educação de qualidade para todos

O termo acessibilidade está associado, antes de tudo, ao compromisso de melhorar a qualidade de vida das pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência que sofrem os impactos diretos diante de barreiras, tanto nos ambientes como na oferta de produtos e serviços.

No contexto educacional, qualidade de vida tem a ver com a efetivação do direito que todos têm a uma educação de qualidade. Sobre isso Murillo Torrecilla e Duck (2009) alerta



que a melhoria de uma educação sob condições de igualdade depende de ações levadas adiante pelas instituições educacionais que, além do acesso, devem garantir a participação e a aprendizagem de todos, com especial atenção naqueles mais vulneráveis ou que, em razão de suas diferenças, se encontram em risco de discriminação, exclusão e fracasso escolar.

Sobre educação inclusiva López-Torrijo, (2009, p.2) afirma que:

A inclusão suscita as abordagens mais profundas de uma verdadeira educação: enfatiza o direito fundamental de todos a receber uma educação de qualidade, incorpora a realidade humana da diversidade como um valor, aborda o contexto como o mais realista, natural e eficaz para conduzir a educação inclusiva, exige a participação e a partilha como metas do processo de educação, exige o desenvolvimento de um currículo funcional comum, e adaptado para a individualidade de cada aluno, promovendo a aprendizagem significativa e colaborativa, construtiva e reflexiva e, finalmente, envolve toda a comunidade educativa e a própria sociedade como marcos e agentes de educação.

Para Murillo Torrecilla e Duck (2009) e López-Torrijo (2009) a educação inclusiva é um conceito bastante abrangente e fundamentado na defesa dos direitos humanos. No caso da pessoa com deficiência, a inclusão destas no sistema educacional passa também pela defesa da construção de uma sociedade acessível. Melo (2006, p.18) lista seis quesitos básicos que devem ser verificados e adotados para que uma sociedade seja considerada acessível: acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

Esses aspectos podem constituir barreiras no convívio, na comunicação e na participação do indivíduo em sociedade. A alternativa apontada por Melo (2006, p.19) para alinhar esses quesitos a uma proposta de sociedade para todos é o *Desenho*



Universal (Universal Design, Design for all) que contempla “o desenvolvimento de ambientes e produtos para serem usados por todas as pessoas, na maior extensão possível, sem a necessidade de adaptação ou design especializado”.

As origens do Desenho Universal remontam ao início da década de 60, tendo origem na área da arquitetura, nos EUA e na Europa, a partir do conceito de projetos livres de barreiras, voltados para os problemas de mobilidade das pessoas em cadeiras de rodas.

A idéia de Desenho Universal surgiu como uma forma de conceber produtos, meios de comunicação e ambientes para serem utilizados por todas as pessoas, o maior tempo possível, sem a necessidade de adaptação, beneficiando pessoas de todas as idades e capacidades (GONZALEZ, 2003).

O Estado Brasileiro, com base na Declaração de Direitos Humanos das Organizações das Nações Unidas (ONU), igualmente declara na sua legislação que pessoas com deficiência têm os mesmos direitos civis e políticos dos demais seres humanos. Uma condição básica para efetivação desses direitos é garantir a acessibilidade, definida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas pela norma NBR 9050/94 (ABNT, 2004) — como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano e elementos.

A Portaria nº. 3284 de 2003, do Ministério da Educação (BRASIL, 2003) vem assegurando o direito de acessibilidade às pessoas com deficiência à educação superior, instruindo os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Anteriormente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades e garantindo uma educação de qualidade.



Integra também esse tema a lei brasileira Nº 10.098/2000 que estabelece normas gerais e critérios para promoção de acessibilidade mediante a supressão de barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios, nos meios de transporte e comunicação:

Entre as soluções, a facilidade de acesso à informação e o comprometimento da sociedade são vitais para que esta situação se modifique definitivamente. No país a desigualdade econômica provoca uma desigualdade de acesso a bens. Como parte de novos programas criados surgem o “Incluir”... (PAULA, 2009, p. 21).

Entretanto, para promover o acesso à informação e comunicação é essencial remover as barreiras que impedem o pleno exercício da acessibilidade.

Segundo Pupo e Vicentini (2002, p. 3) “muitos alunos com deficiência iniciam uma atividade de pesquisa na universidade e são ‘barradas’ pela inexistência de uma infra-estrutura adequada.” Para facilitar sua permanência, é preciso eliminar barreiras de acesso ao campus e à biblioteca. De acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2004), estes obstáculos são descritos como: escadas sem corrimão e sem contraste de cor nos degraus, portas e corredores estreitos (menor que 85 cm), catracas sem porta alternativa entre outros.

Quando se fala em acessibilidade, logo se remete às questões relacionadas à arquitetura e ao urbanismo. Nesse sentido o Decreto Nº 5296/2004 considera para fins de acessibilidade que se eliminem barreiras que interferem no acesso à comunicação e à informação.

Em relação à acessibilidade à informação, chama-se a atenção para o contexto das bibliotecas universitárias públicas brasileiras, subsistemas universitários que atuam como mediadoras entre o conhecimento gerado e o usuário, através da



coleta, processamento, armazenamento, disseminação e socialização de informações advindas das pesquisas universitárias.

Para tanto, o conceito de Desenho Universal é determinante para o planejamento da biblioteca acessível, conceituada como:

um espaço que permite a presença e proveito de todos, e está preparada para acolher a maior variedade de público possível para as suas atividades, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população. (FERRÉS, 2006, p.20)

A Biblioteca Universitária na Proposta do Desenho Universal

Na área da biblioteconomia, de acordo com Ferreira (1993), usuário com deficiência é aquele que apresenta limitação visual, auditiva, física ou mental leve e que tem necessidades de serviços e de produtos diferenciados em virtudes de suas limitações e potencialidades.

Pela proposta do Desenho Universal, os usuários com deficiência devem ser levados em consideração no momento do planejamento de serviços para evitar que seja dispensado a essa parcela de usuários, um atendimento improvisado, assistencialista, podando o direito do indivíduo de ir e vir, realizar seus estudos, pesquisas e interagir com outros membros da comunidade universitária. Torres (2001, 34) diz que

a universidade é um espaço privilegiado para que ocorra o processo de construção da acessibilidade, pois envolve a formação de distintas categorias profissionais, e, além disso, as condições de acessibilidade que adota possuem um efeito multiplicador, pois funcionam como um modelo para várias instituições de ensino superior.



Na opinião de Silveira (2000), toda a organização da maioria das bibliotecas universitárias brasileiras, está voltada para o atendimento de usuários considerados “normais”. Ainda são poucas as iniciativas para o atendimento correto ao aluno com deficiência nesses espaços. Essa atitude é justificada alegando-se que o número de usuários com deficiência no ensino superior é muito pequeno.

O planejamento da biblioteca acessível deve se preocupar em incluir os requisitos de acessibilidade digital, tecnologias assistivas, de acessibilidade física – urbana, arquitetônica e de produtos, além da sensibilização dos funcionários.

A tecnologia assistiva é todo o arsenal de recursos, conceituais e/ou físicos, expressos sob suas múltiplas formas, sejam equipamentos, dispositivos ou adaptações que possam proporcionar incremento qualitativo e/ou quantitativo na atividade funcional da pessoa com deficiência. Podem ser produtos de ações muito simples até manifestações de grande sofisticação, mas que, ao fim, permitam ao indivíduo uma melhora em suas ações no que tange, fundamentalmente, ao auto-cuidado ou à interação que mantém com seu meio ambiente, proporcionando autonomia e o sentimento de que ele é capaz. (REIS, 2004 *apud* MENICUCCI, M. C., 2009).

Diante do exposto, este artigo tem por objetivo apresentar o resultado da avaliação das condições de acessibilidade no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará referentes ao acesso à informação, e as propostas de intervenção que devem ser realizadas que a mesma possa atender adequadamente às pessoas com deficiência.

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará cuja missão é “dar suporte informacional às atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais da UFC, contribuindo para elevar o nível sócio econômico e cultural da sociedade em geral” (UFC, 2009a), vem planejando e desenvolvendo ações no sentido de viabilizar a inclusão de pessoas com deficiência nas bibliotecas do sistema.



Uma das ações nesse sentido foi a criação da Comissão de Acessibilidade, formada por bibliotecários do sistema, tendo como objetivo geral: dotar o Sistema de Bibliotecas da UFC de requisitos de acessibilidade para atender pessoas com deficiência. Dentre as estratégias e metas da referida comissão, a etapa inicial foi realizar um diagnóstico das condições de acessibilidade: física, tecnológica e recursos humanos do Sistema de Bibliotecas.

Portando, os dados utilizados no presente artigo são frutos do trabalho da Comissão de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC, 2009b).

Metodologia

A pesquisa tem um caráter exploratório, de cunho quantitativo e qualitativo, baseado na NBR 9050 da ABNT, recomendada pela legislação federal brasileira sobre acessibilidade para pessoas com deficiência já referenciadas anteriormente neste artigo.

Para a coleta de dados foram utilizados dados apresentados por uma pesquisa preliminar, realizada pela Comissão de acessibilidade do Sistema de Bibliotecas da UFC, que apontava altos índices de inadequação aos requisitos de acessibilidade.

A referida pesquisa utilizou como instrumento de coleta de dados um questionário cujas perguntas foram elaboradas com base em três dimensões a saber: 1) Acessibilidade à informação composta pelos indicadores: sinalização, terminais de consulta, balcão de atendimento e publicações; 2) Identificação de barreiras, com os indicadores mobiliário, elevador, entrada principal, área de circulação; 3) Capacitação de recursos humanos em LIBRAS, Braille e tecnologias assistivas. Para avaliar cada indicador utilizou-se as categorias: adequado, inadequado, inexistente, como também perguntas de múltipla escolha.

O questionário foi encaminhado aos gestores das 14 bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da UFC em Fortaleza, ob-



tendo-se um retorno de 10 questionários o que corresponde a uma amostra de 71% do universo pesquisado.

Nesse artigo, utilizou-se os dados da primeira dimensão: acessibilidade à informação.

Avaliando para Intervir

O acesso à informação é fundamental para a produção do conhecimento, oportunizando um bom aprendizado na academia. Pelos dados do Gráfico 1, constata-se que avaliação dos indicadores: sinalização, terminais de consulta, balcão de atendimento e publicações que compõem a dimensão acessibilidade à informação, apresenta índices entre 80 a 60% de inadequação. Isso demonstra que embora esses quesitos existam, eles ainda não oferecem às condições adequadas de acessibilidade as pessoas com deficiência, por estarem em condições inadequadas de uso autônomo.

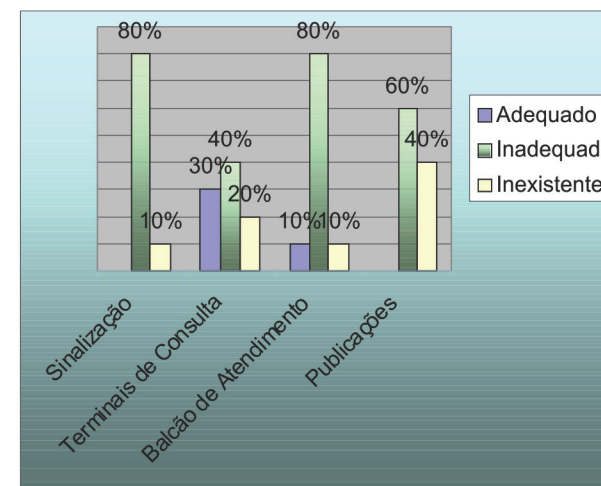


Gráfico 1 – Acessibilidade à Informação

Fonte: UFC, 2009b.



No que se refere à sinalização de banheiros, rampas, vagas de estacionamento e outros, embora existam, estes não atendem na íntegra as normas da ABNT. Nas vagas de estacionamento para pessoa com deficiência física, as irregularidades destacadas foram: falta de sinalização vertical, pintura da sinalização horizontal apagada e quase imperceptível, ausência de piso tátil ou de alerta nos elevadores e nas escadas para pessoas cegas.

Segundo as normas da ABNT 9050, a sinalização das vagas de estacionamento para pessoa com deficiência física devem:

- a) ter sinalização horizontal;
- b) contar com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, quando afastada da faixa de travessia de pedestres. Esse espaço pode ser compartilhado por duas vagas, no caso de estacionamento paralelo, ou perpendicular ao meio fio, não sendo recomendável o compartilhamento em estacionamentos oblíquos;
- c) ter sinalização vertical para vagas em via pública, conforme figura 109, e para vagas fora da via pública;
- d) quando afastadas da faixa de travessia de pedestres, conter espaço adicional para circulação de cadeira de rodas e estar associadas à rampa de acesso à calçada;
- e) estar vinculadas a rota acessível que as interligue aos pólos de atração;
- f) estar localizadas de forma a evitar a circulação entre veículos.

No interior dos edifícios é necessária a presença de sinalização. Para isto, a norma da ABNT 9050 recomenda que haja comunicação e sinalização, sendo a visual realizada através de textos ou figuras, tátil através de caracteres em relevo, Braille ou figuras em relevo e sonora, através de recursos auditivos.



Um dos problemas nos prédios das bibliotecas é a ausência de sinalização de piso tátil e de alerta para pessoas cegas nas escadas e nos elevadores.

No que se refere aos terminais de consulta, as barreiras que impedem o acesso à informação são o design das mesas e cadeiras dos terminais de consulta ao catálogo online, como também a ausência de tecnologias assistivas como leitores de tela. Observando essa dimensão no Gráfico 1, constata-se que 40% estão inadequado, 30% adequado e 20% completamente fora do padrão recomendado.

No caso do acesso aos terminais de consulta ao catálogo eletrônico, a NBR 9050 recomenda um mínimo de 5% do total de terminais de consulta, por meio de computadores e acesso à internet, devem ser acessíveis a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Recomenda-se, além disso, que, pelo menos, outros 10% sejam adaptáveis.

Quanto ao balcão de atendimento, observando-se o Gráfico 1, constata-se que 80% se encontram em situação inadequada conforme a NBR 9050. Essa situação constitui uma barreira que dificulta um atendimento de qualidade, expondo usuário e funcionário a situações constrangedoras. Para a NBR 9050, o balcão de atendimento deve ter: “uma parte da superfície do balcão, com extensão de no mínimo 0,90 m, deve ter altura de no máximo 0,90 m do piso”.

Em relação ao indicador publicações, a porcentagem de 40% de inexistente se refere a obras em braille. O Sistema de Bibliotecas tem pouquíssimos documentos em Braille, até porque criar um acervo em Braille demanda muito espaço físico. Diante dessa problemática, os documentos em formato digital, além de oferecerem maior rapidez de atualização da informação científica também apresentam como vantagem a possibilidade de melhores condições de converção para outras mídias. Nesse caso, o formato digital atenderia as recomendações da NBR 9050 que diz: “recomenda-se que as bibliotecas possuam publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais”.



Diante dessa realidade, constata-se que o Sistema de Bibliotecas da UFC tem potencial tecnológico para atender esse requisito de acessibilidade. Verifica-se que a Biblioteca Universitária já disponibiliza muitas obras em formato digital. É o que argumenta a Comissão de Acessibilidade (UFC, 2009b):

Há material áudio visual, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), livros eletrônicos, Indexação Compartilhada de Artigos e Periódicos (ICAP) e bases de dados como muitos artigos científicos de diversas áreas do conhecimento que podem ser acessados através do portal da CAPES. O que dificulta o acesso a estas publicações é a ausência de tecnologias assistivas que tornem esses materiais passíveis de leitura por programas leitores de tela, como também o pouco conhecimento dos requisitos de acessibilidade na WEB, que permitem a navegação sem obstáculos na internet por qualquer pessoa, utilizando diferentes tecnologias.

Convém destacar que o referido acervo eletrônico do Sistema de Biblioteca da UFC, embora digital, não garante acesso a pessoas com deficiência visual, quando essas fazem uso de leitores de telas, como por exemplo o NVDA (software livre, muito utilizados pelos usuários com deficiência visual da Biblioteca Universitária), porque o site da universidade não está completamente acessível atendendo às recomendações do World Wide Web Consortium-W3C (Consórcio de empresas de tecnologia desenvolve padrões para a criação e a interpretação dos conteúdos para a WEB), para acessibilidade na WEB. Segundo Melo(2006) essa categoria de acessibilidade se refere a:

A acessibilidade na *web*, ou rede mundial de computadores, diz respeito a viabilizar que qualquer pessoa, usando qualquer tecnologia adequada à navegação *web* esteja apta a visitar qualquer *site*, obtenha a informação oferecida e interaja com o



site. E para que isso seja possível, é necessário que os criadores de páginas e sistemas *web*, assim como seus mantenedores estejam atentos às recomendações de acessibilidade do *World Wide Web Consortium-W3C*, mas também às diferentes características dos usuários desses sistemas, às tecnologias de acesso à informação e interação que utilizam e à influência do ambiente físico sobre a interação do usuário como computador.

Diante do exposto, observamos que as condições de acessibilidade à informação e a comunicação no Sistema de Bibliotecas da UFC ainda não contemplam em plenitude as recomendações da ABNT 9050.

No que se refere o acesso ao conteúdo bibliográfico para pessoas com deficiência visual, as ações da Comissão de Acessibilidade incluem um projeto de desenvolvimento de acervo acessível que vão ao encontro das recomendações da NBR 9050, uma vez que o referido projeto tem por objetivo disponibilizar literatura científica em formato acessível (digitalizada) aos usuários com deficiência visual, atendendo à bibliografia básica dos cursos nos quais estão matriculados esses alunos.

Considerações Finais

A permanência da pessoa com deficiência na educação superior depende da interação entre os diversos recursos: legais, metodológicos, tecnológicos, instrumentais, programáticos e atitudinais.

Somente as exigências legais não garantem a inclusão das pessoas com deficiência no sistema de educação. Se fazem necessárias ações conjuntas que concretizem as propostas no cotidiano.

Neste contexto, os aspectos atitudinais são os mais difíceis de serem vencidos, visto que podem ocultar posturas discriminatórias que podem interferir na elaboração e aplicação das políticas de inclusão.



O estudo de avaliação realizado no Sistema de Bibliotecas sobre a dimensão: acessibilidade a informação, demonstrou que embora exista a preocupação com a acessibilidade, as ações referentes à mesma não estão totalmente adequadas a NBR 9050, apresentando altos índices de inadequação.

Portanto, recomenda-se que o referido sistema realize as seguintes intervenções na dimensão avaliada:

- Sinalização – é necessário elaborar um projeto de sinalização para as bibliotecas, aprimorando o que já existe;
- Terminais de consulta – é necessário a aquisição de mobiliário adequado, além da instalação de programas leitores de tela que possibilitarão o acesso a informações online para pessoas cegas.
- Balções de atendimento – devem receber novo design conforme a NBR recomenda.
- Publicações – criação de uma política de desenvolvimento de acervo que contemple as exigências de acessibilidade à informação, disponibilizando literatura científica através da digitalização de acervo, contemplando diversos mídias e possibilidade de acesso a informação em diferentes suportes.

O conjunto das recomendações acima garantirá aos usuários com deficiência a equiparação de oportunidades no desempenho de suas atividades de pesquisas em igualdade de condições.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação na-



cional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 3284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 nov. 2003. Seção 1. p. 12.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação externa de Instituições de Educação Superior**: diretrizes e instrumento: Brasília: INEP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação externa de Instituições de Educação Superior**: diretrizes e instrumento: Brasília: INEP, 2006.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**, que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 18/09/2010.

FERREIRA, M. N., GONÇALVES, R. S. **Projeto “Soma”**. São Paulo: APB, 1993. (Ensaio APB, n.8). p.2

FERRÉS, Sofia Pérez. **Acessibilidade Física**. In. : Pupo, Deise Tallarico. **Acessibilidade : discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, SP : UNICAMP/Biblioteca, 2006.

GONZALEZ ,C. J. **Biblioteca Acessível**: serviços de informação para usuários com deficiência. Disponível em: <<http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=4716>> Acesso em: 10 set. 2009.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo/divulgacao_internet.shtm>. Acesso em: 10 set. 2009.

LÓPEZ-TORRIJO, Manuel. La inclusión educativa de los alumnos con discapacidades graves y permanentes en la Unión Europea. *RELIEVE*, v. 15, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.uv.es/RELIEVE/v15n1/RELIEVEv15n1_5.htm>. Acesso em: 11/09/2010.

MELO, Amanda Meincke, COSTA, Jean Braz da, SOARES, Sílvia C. de Matos. **Tecnologias assistivas**. In. : Pupo, Deise Tallarico. *Acessibilidade : discurso e prática no cotidiano das bibliotecas*. Campinas, SP : UNICAMP/Biblioteca, 2006. Central Cesar Lattes, 2006.

MENICUCCI, M. C. **Tecnologias assistivas na educação de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior**. Disponível em: <http://www.pucminas.br/seminario-prograd/vi_seminario/pdfs/profa_m_carmo.pdf>. Acesso em: 10 set. 2009.

MURILLO TORRECILLA, Francisco Javier ; DUCK, Cynthia. Editorial. *Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva*, 3(1), pp. 11-12. 2009. Disponível em: <http://www.rinace.net/rlei/numeros/vol3-num1/art1.pdf>. Acesso em 11/09/2010.

PAULA, Sônia Nascimento de. **Acessibilidade à informação em bibliotecas universitárias e a formação do bibliotecário**. Campinas, 2008. 126p. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade de Campinas – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/>>. Acesso em: 25/08/2009.

PUPO, D. T. ; VICENTINI, R.A. B. **A integração do usuário portador de deficiência às atividades de ensino e pesquisa: o papel das bibliotecas virtuais**. 2002. Disponível em: <<file:///c:/netscape/anais/trabalho/comun/aintegra.htm>>. Acesso em: 09 set. 2009.

SILVEIRA, Julia Gonçalves da. **Biblioteca inclusiva? repensando sobre barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais no Sis-**



tema de Bibliotecas da UFMG e revendo trajetória institucional na busca de soluções. Belo Horizonte, 2002

SORDI, Mara Regina Lemes de and LUDKE, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. **Avaliação (Campinas)** [online]. 2009, vol.14, n.2, pp. 313-336. Disponível em: **Erro! A referência de hyperlink não é válida..** Acesso em: 15/01/2010.

TORRES, Elizabeth Fátima. A acessibilidade à informação no espaço digital. *Rev. Cienc. da Inf.* Brasília, v. 31, n. 3, p.83-91, set./dez. 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Pensando a biblioteca universitária de forma estratégica**, 2009a. (Texto em pdf. Não publicado)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Sistemas de Bibliotecas. Comissão de Acessibilidade. **Acessibilidade no sistema de bibliotecas da UFC: um diagnóstico inicial**. Fortaleza, 2009b, 15p. (Documento em pdf. Não publicado).